



**PALAVRA-DECALQUE: A MORTE DA SIGNIFICAÇÃO
E A EDITORAÇÃO CIENTÍFICA**

Celuta Moreira Cesar Machado



PALAVRA-DECALQUE: A MORTE DA SIGNIFICAÇÃO E A EDITORAÇÃO CIENTÍFICA

Celuta Moreira Cesar Machado

ÍNDICE

1 - O EQUIVOCO DO PODER.....	1
2 - O PODER DO EQUIVOCO.....	6
3 - NO TERRITÓRIO DA PALAVRA-DECALQUE.....	10



Celuta Moreira Cesar Machado (1)

1 - O EQUÍVOCO DO PODER

De um modo geral, a editoração, tal como vem sendo praticada hoje nas instituições de pesquisa, pode ser definida como a aplicação de um conjunto de normas que garante a homogeneização de uma determinada produção científica, tendo em vista a alegada necessidade de sistematização do conhecimento. Situada neste espaço que Thomas Khun (2) denomina de "ciência normal", uma ciência que não visa produzir rupturas, mas sim exercitar-se na resolução de problemas aceitos como relevantes e como passíveis de solução mediante a recorrência a paradigmas já estabelecidos, a editoração se atribui a tarefa de reger a transposição do fato científico para a linguagem escrita, estabelecendo normas de redação e de padronização de textos, enfatizando os valores que servem de suporte à ciência normal (por exemplo, a objetividade do conhecimento e a neutralidade do sujeito). Nesta perspectiva, a língua aparece à editoração como um instrumento de comunicação isento e neutro, o que a faz eleger o léxico e a gramática não só como o campo privilegiado de sua atuação, mas principalmente como os pontos aglutinadores da realidade da própria língua.

No entanto, esta concepção da língua não é privilégio daqueles que têm defendido a necessidade e a especificidade da linguagem científica. Em 1950, o Pravda publicou uma entrevista com Stalin, intitulada "A Propósito do Marxismo em Linguística", onde esse ponto de vista era defendido. Carlos Vogt (3) retoma essa entrevista para denunciar o caráter ideológico da con-

(1) Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

(2) Khun, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo, Perspectiva, 1978. 258p. (Debates, 115)

(3) Vogt, Carlos. Linguagem, língua e poder. In: ———. Linguagem pragmática e ideologia: São Paulo, Hucitec/FUNCAMP, 1980. p.77-102.

cepção que Stalin tinha da língua, situando a relação entre língua e poder, a partir das posições defendidas por Bakhtin ⁽⁴⁾ já em 1930.

Segundo Vogt, Stalin, nessa entrevista, pretendia responder a Nicolas Yakovlevich Marr, que na sua "Nova Teoria da Linguagem" criara uma concepção da língua como fenômeno de classe. O objetivo de Stalin era "defender a autonomia da língua relativamente aos movimentos e transformações sociais, negando-lhe, conseqüentemente, qualquer compromisso de natureza ideológica" ⁽⁵⁾.

Para Stalin, a língua é somente um instrumento de comunicação. Isto supõe que a natureza da língua é instrumental e que a sua função principal é a comunicação. A condição de identidade da língua consigo mesma é a existência do léxico e da gramática. Na medida em que lhe atribui a característica da neutralidade, Stalin, segundo Vogt, está implicitamente admitindo que a "língua permanece antes e depois de qualquer revolução, como um atributo fundamental do homem comunicante, garantindo-lhe uma natureza cuja história é autônoma e cuja temporalidade é da repetição circular de si mesma: a natureza humana" ⁽⁶⁾. Isto permite, por exemplo, que Stalin introduza uma identidade entre a língua e os instrumentos de produção, enfatizando que tanto a língua como esses instrumentos "podem servir igualmente ao regime capitalista e ao regime comunista" ⁽⁷⁾. Para Vogt, o fundamental do ponto de vista de Stalin é a reificação da linguagem em língua, ou seja, a língua que é um sistema formal passa a ser identificada como a linguagem verbal, universo onde esse sistema se manifesta, refletindo as marcas particulares e sociais que determinam a fala do sujeito.

Reificação, que vem do latim res (coisa), significa, segundo Marilena Chauí, um processo onde "as atividades humanas começam a se realizar como se fossem autônomas, independentes dos homens e passam a dirigir e a comandar a vida dos homens, sem que estes possam controlá-las. São ameaçados e perseguidos por elas. Tornam-se objetos delas" ⁽⁸⁾. Reificação da linguagem verbal em língua corresponde a um cómodo reducionismo que permite a Stalin ignorar as determinações do meio social, procedendo assim ao ocultamento da fala, pois se a língua pode ser definida como um sistema anônimo de signos, como um código, a linguagem por sua vez é um sistema socializado de signos

⁽⁴⁾ Bakhtin, Mikhail (Volochinov). Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo, Hucitec, 1981. 196p.

⁽⁵⁾ Vogt, p.78.

⁽⁶⁾ Vogt, p.80.

⁽⁷⁾ Stalin, citado por Vogt, p.80.

⁽⁸⁾ Chauí, Marilena. O que é ideologia? São Paulo, Brasiliense, 1980. 126p. (Primeiros passos, 13). Cf.p.58.

que se determinam em suas inter-relações. Negando que um termo adquire significação apenas em função do contexto em que ele aparece, Stalin sonega o fato de que toda problemática decorrente do uso da língua, na verdade, diz respeito à prática da linguagem.

No âmbito da editoração científica, um exemplo radical da reificação da linguagem em língua é dado por Ivani Kotait:

"Na editoração científica, conta-se com os seguintes elementos:

a) Comunicação; e

b) Documentação.

Derivam, respectivamente, de "a" e "b" a linguagem (vernáculo) e a normalização" (9).

A afirmação de que a "linguagem (vernáculo)" deriva da comunicação revela mais do que uma impropriedade teórica, atesta veementemente (entre parênteses a palavra vernáculo exerce papel reiterador) a reificação já presente em Stalin. Ao identificar língua e linguagem, Ivani Kotait já nas primeiras páginas de seu livro começa a pagar o preço deste equívoco, o que lhe interdita o acesso a conceitos básicos, que transitam gratuita e erroneamente em seu texto, falseando inclusive o pensamento de autores citados.

Um exemplo contundente dos equívocos que se encontram neste livro de Ivani Kotait pode ser tomado da seção 1.2, denominada "Comunicação, informação e linguagem", particularmente no que se refere às citações da obra "Informação. Linguagem. Comunicação", de Decio Pignatari. Para evitar, talvez, um excesso de aspas, Kotait transcreve quase literalmente alguns parágrafos do texto de Pignatari: infelizmente quase literalmente, pois as pequenas modificações que introduz têm o poder de gerar graves equívocos, se não vejamos. Pignatari afirma: "O processo básico da Teoria da Informação se refere sempre à quantidade de informação e não à sua qualidade, ou ao seu conteúdo e significado. Nesses termos, o problema do veículo que transmite a mensagem não pode ser desligado do problema da própria configuração e organização da mensagem, da organização dos sinais que formam essa mensagem" (10). Em sua versão, Kotait escreve: "Na Teoria da Informação, o pro-

(9) Kotait, Ivani. Editoração Científica. São Paulo, Ática, 1981. 116p. (Ensaio, 70). Cf. p.3.

(10) Pignatari, Decio. Informação. Linguagem. Comunicação. São Paulo, Perspectiva, 1968. 144p. (Debates, 2). Cf. p.16.

cesso básico sempre se refere à quantidade e nunca à qualidade do conteúdo e significado da informação. Nestes termos, o problema do veículo que transmite a mensagem não pode ser desligado da problemática da própria configuração e organização da mensagem, e da ordenação dos símbolos que formam essas mensagens" (¹¹). Onde Pignatari reitera sua afirmativa ("qualidade ou conteúdo e significado da informação"), Kotait introduz um elemento valorativo ("qualidade do conteúdo e significado da informação"). Quando Pignatari explicita - "configuração e organização da mensagem, (leia-se ou) organização dos sinais que formam essa mensagem -, Kotait, através da conjunção e torna o que era uma explicitação um elemento novo e ao procurar sinônimos que amenizassem quem sabe citações quase literais, substitui não uma palavra mas um conceito, o de sinal, por outro lado, o de símbolo ("configuração da mensagem, e da ordenação dos símbolos que formam essas mensagens").

Assim, além da gratuidade com que faz citações, Ivani Kotait transforma seu livro em um anacoluto exemplar. Ao equivocarse no uso dos conceitos, tomando símbolo por sinal, Kotait se desloca sem se dar conta da Teoria da Informação para a Semiótica. Ignorando o divisor de águas que o próprio Pignatari traça entre as duas teorias, Kotait injeta em sua seção sobre a Teoria da Informação uma longa citação sobre o conceito de signo, retirada do capítulo "Semiótica ou Teoria dos Signos" da obra de Pignatari.

Kotait falseia mais uma vez a Decio Pignatari quando lhe atribui a afirmação de que "código e linguagem são basicamente coisas idênticas" (¹²). Pignatari escreve "código e linguagem são basicamente uma e mesma coisa", explicitando logo a seguir que "convém fazer a distinção entre língua e linguagem" (¹³), já que as línguas são manifestações particulares da linguagem.

Finalmente, se a semelhança entre o título da seção do livro de Kotait e o da obra de Pignatari pode sugerir uma coincidência, o do capítulo 7, "Aspectos Linguísticos da Tradução", corresponde a uma transposição literal do título do conhecido ensaio de Jakobson, outro autor profundamente traído pela autora. Vejamos o que Ivani Kotait escreve: "Ao traduzir-se, de uma para outra língua, é comum substituir-se a mensagem. Subverte-se a idéia do

(¹¹) Kotait, p.4-5.

(¹²) Kotait, p.5.

(¹³) Pignatari, p.43-44.

autor, pois as línguas diferem naquilo que devem expressar e não no que podem expressar." (14). A confrontação com o texto de Jakobson é inevitável: "ao traduzir de uma língua para outra, substituem-se mensagens em uma das línguas, não por unidades de código separadas, mas por mensagens inteiras de outra língua. Tal tradução é uma forma de discurso indireto: o tradutor re-codifica e transmite uma mensagem recebida de outra fonte. Assim, a tradução envolve duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes" (15). Nenhuma palavra sobre "subversão da idéia do autor": o que Jakobson enfatiza é que "a equivalência na diferença é a principal preocupação da Linguística". Somente depois de discutir esta problemática é que Jakobson afirma algumas páginas adiante: "as línguas diferem essencialmente naquilo que devem expressar, e não naquilo que podem expressar".

Apontados os equívocos que Ivani Kotait comete, retomemos o problema da identificação entre língua e linguagem. Na medida em que a linguagem é vista como vernáculo, o que deve ser considerado é exatamente o sistema gramatical e o léxico. São estes dois elementos que estimulam a crença na identidade objetiva da língua consigo mesma, como defendia Stalin e como defende ainda hoje a editoração científica. A crítica a esse ponto de vista já havia sido feita por Bakhtin vinte anos antes do pronunciamento de Stalin: "Para Bakhtin (Volochinov), o signo verbal só pode ser apreendido na sua totalidade se considerado dentro de seu domínio específico. Este domínio, como o de qualquer outro signo, coincide com a ideologia" (16). Do ponto de vista de Bakhtin, a realidade da linguagem reside no "fato social da interação verbal que se realiza em um ou mais enunciados" (17). A palavra ganha duas faces: é determinada tanto pelo emissor quanto pelo destinatário. Com isto Bakhtin desloca o centro da discussão: "O contínuo processo de interação verbal impede que a significação linguística se exponha como mera identidade lógica e formal de sinais, e faz com que se apresente como um signo cujo entendimento está não em reconhecer-lhe a identidade mas em com-

(14) Kotait, p.71.

(15) Jakobson, Roman. Aspectos linguísticos da tradução. In: ———. Linguística e comunicação. São Paulo, Cultrix, 1970. p.63-72.

(16) Vogt, p.79.

(17) Bakhtin, citado por Vogt, p.85.

preender-lhe a novidade"⁽¹⁸⁾. A unidade da significação lingüística é o enunciado, que se realiza no intercâmbio verbal. Bakhtin denuncia a "ficção da realidade literal de uma palavra": uma palavra terá tantas significações quantos contextos houver para o seu uso.

Talvez agora os objetivos de Stalin fiquem mais claros. Para Vogt, Stalin, através de suas concepções lingüísticas, procurava defender o Estado contra o anarquismo político revelado nas posições de seus adversários. "Daí a defesa de uma supra-sociedade comunicante e por isso obedientemente produtiva, capaz de superar as diferenças que caracterizam uma sociedade real e encontrar na língua a região privilegiada da neutralidade, que poderá fazer da linguagem uma simples alegoria do Estado todo poderoso" ⁽¹⁹⁾. As relações de dominação de uma classe sobre outra, segundo Vogt, são disfarçadas pelo argumento de que a língua, esse objeto abstrato, é propriedade abstrata de um sujeito também abstrato, o povo. E complementa: "Parece-me que o simples fato de pensar, pela língua, um social acima do social revela já uma visão da linguagem, que em nome da objetividade científica cria uma ilusão de propriedade comum a todos os homens. Esta ilusão deverá, entre outras coisas, dissimular a força de um poder centralizador e mascarar, particularmente no caso de Stalin, o sujeito real que efetivamente detém a posse da língua: o Estado" ⁽²⁰⁾.

Se as concepções lingüísticas de Stalin extrapolam para o plano político, refletindo suas posições de Chefe de Estado e, portanto, o autoritarismo que iria marcar irremediavelmente esse período da história da União Soviética, da mesma forma a crença de que é possível criar um conjunto de regras capazes, por si sô, de garantirem a objetividade da comunicação científica deve extrapolar os limites de uma atividade específica, qual seja, a editoração científica. Essa atividade, é óbvio, enquadra-se no processo de produção do próprio conhecimento científico.

2 - O PODER DO EQUIVOCO

Se numa primeira aproximação a editoração científica parece ter-se constituído enquanto saber especializado com base em um equívoco, uma anã

⁽¹⁸⁾ Vogt, p.86.

⁽¹⁹⁾ Vogt, p.83.

⁽²⁰⁾ Vogt, p.83.

lise mais detalhada do campo institucional onde ela é praticada pode indicar o poder deste equívoco, revelando-o, na verdade, como uma estratégia portadora de uma intencionalidade determinada.

Marilena Chauí criou uma expressão particularmente esclarecedora do prestígio da ciência contemporânea: o discurso competente, cujo significado, para ser compreendido, pressupõe que se reconheça a hipervalorização concedida ao conhecimento dito científico na atualidade. "O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminadas para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo cânones da esfera de sua própria competência." (21). O discurso competente identifica-se com o discurso do especialista, o qual se realiza dentro de uma hierarquia organizacional, dentro de um determinado ponto onde se é autorizado a falar, onde o conhecimento é conhecimento instituído.

Como toda linguagem institucionalmente permitida, a linguagem científica sofre uma série de restrições que vêm se acentuando à medida em que a editoração avança e se consolida como saber especializado. Editorar é sinônimo de "preparar tecnicamente um manuscrito para publicação" (22): neste caso, tecnicamente significa o domínio do vernáculo e de normas de padronização e documentação. No caso da editoração científica, seu objetivo é conferir ao texto uma homogeneidade formal que o aproxime o máximo possível da cientificidade, impondo, para tanto, restrições à linguagem, em grau e importância diferentes. Os manuais de editoração e os guias de redação científica oferecem um amplo receituário nesse sentido. As receitas de uma redação clara e concisa variam: em alguns casos podem se limitar à condenção de circunlóquios; em outros, podem determinar o número de palavras (entre dez e quinze) como fator de avaliação de uma frase "correta" (23). Mas fundamentalmen-

(21) Chauí, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo, Moderna, 1981. 220p. Cf. p.7.

(22) Kotait, p.12.

(23) "As frases mais corretas oscilam entre dez e quinze palavras, Gomes (1974)", cf. Kotait, p.44.

te a editoração se preocupa, sempre, com a forma final conferida a um texto: é sobre esse domínio que ela se constrói enquanto saber especializado.

A editoração funda-se, portanto, na separação entre a forma e o conteúdo de um texto. Na verdade, ela julga adequar aquilo que o autor diz (não importa o quê) à comunidade científica, em uma revista especializada, à forma autorizada a essa esfera de competência: ela pressupõe a repartição, circunscrição e demarcação do discurso competente, prevendo prováveis interlocutores, escolhendo o lugar e a forma que lhe são adequados. Se a editoração é científica, ela vai procurar normalizar o texto em que trabalha aceitando, aprioristicamente, as formas institucionalizadas pela ciência para proferir o seu discurso, acatando a necessidade da objetividade e a separação entre sujeito e objeto do conhecimento. Ela se constrói enquanto saber especializado respeitando os valores da cientificidade: a editoração exclui, portanto, a possibilidade de qualquer questionamento crítico da ciência institucionalizada, pois deste ocultamento depende a sua sobrevivência. A editoração será sempre autoritária: ela se atribui a função de policiar explicitamente eventuais deslizos que venham a comprometer a própria noção de competência (nesta luta, seu arsenal é de regras), eliminando-os através de procedimentos "técnicos", administrando paliativos aos textos que "corrige", na crença da objetividade. A própria separação entre forma e conteúdo de que parte a editoração científica é o testemunho confesso da crença na racionalidade do real, na possibilidade de lograr uma identificação imediata entre pensamento, linguagem e realidade.

Mas lograr é sinônimo também de burlar. A pretensão de criar um discurso que coincida com as coisas pertence, segundo Marilena Chauí, a um domínio específico: o discurso ideológico.

Cabe aqui uma ressalva: o domínio específico do discurso ideológico, tal como definido por Marilena Chauí, não esgota o universo ideológico, mas salienta a função de adaptação exercida pela ideologia, entendida aqui como o corpo de representação e normas através do qual os agentes sociais representam para si mesmos o parecer econômico e político. Neste sentido, o deciframento do discurso ideológico situa a editoração nesta esfera onde as cisões da sociedade passam por naturais, mostrando o seu avesso, mas não chega a roçar a realidade mais profunda da ideologia e do signo. Fazer o universo ideológico coincidir com o domínio do signo, como faz Bakhtin, é reconhecer num primeiro instante as determinações da infra-estrutura sobre a ideologia (ideologia como reprodução das condições de produção), para num segundo momento avançar em busca da materialidade e, portanto, da especifici

dade do fenômeno ideológico. Se todo signo reflete e refrata a realidade, isto significa que a linguagem comporta sempre uma deformação; desta determinação nem mesmo o discurso crítico escapa. Feita a ressalva, voltemos à pretensão da editoração em dissimular o real e a dominação através de um discurso lacunar, já que a coerência de todo discurso ideológico é obtida através, exatamente, daquilo que oculta.

Quando a editoração coloca a objetividade como atributo indispensável da linguagem científica, ela pressupõe uma distância — uma separação inquestionável — entre o discurso do conhecimento e o discurso ideológico. Mas essa diferenciação, aceita como natural, escamoteia as transformações sofridas pelo próprio discurso ideológico na história. Marilena Chauí atribui à burocratização e ao fenômeno da organização o papel de terem operado um deslocamento no discurso burguês: em sua forma clássica, esse discurso proferido do alto era legislador, ético e pedagógico — não falseava a presença da autoridade: a explicitava. Sem deixar de ser legislador, ético e pedagógico, ele ganhou a nova face revelada pela autora: o discurso neutro da cientificidade ou do conhecimento, que se funda no racional inscrito no mundo e que é proferido ocultando, sutilmente, o lugar de onde é pronunciado: o poder está em toda parte.

Mas nem sempre este ocultamento é tão sutil. A editoração, elevada à categoria de saber especializado (nada mais justo quando a mera publicação de um texto é prova de saber & poder), se autoriza a ocupar um lugar na hierarquia organizacional. Ivani Kotait reivindica o cargo de editor como de competência exclusiva do bibliotecário, do documentarista. Desta posição, a editoração se propõe então a ditar "os elementos fundamentais de todas as etapas da elaboração do trabalho científico, visando a que o produto final dissemine a informação sem barreiras de linguagem" (24).

Inevitável lembrar-se de Barthes: "por toda parte, vozes 'autorizadas' que se autorizam a fazer ouvir o discurso de todo poder: o discurso da arrogância" (25). E no caso da editoração científica sua arrogância é proporcional à importância atribuída pelas instituições competentes à produção de trabalhos científicos, os quais, cada vez mais, devem se adequar às formas institucionalizadas (artigo científico, artigo de revisão, nota prévia).

(24) Kotait, p.1.

(25) Barthes, Roland. Aula. São Paulo, Cultrix, 1980. 94p. Cf. p.11.

Não se trata de negar a especificidade da linguagem científica, mas sim de questionar os limites que a editoração interpõe entre o autor e a linguagem, limites que interiorizados como regras impedem que o autor se exercite na plenitude da palavra, mas que são bem sucedidos na sua tarefa de impedir que o discurso competente seja conspurcado. Reestruturando o texto de acordo com esquemas já consagrados, instaurando a exterioridade do sujeito face ao objeto (o discurso impessoal do observador: o ponto de vista do poder), escolhendo a voz verbal (a anulação do sujeito), censurando palavras à cata de equivalentes mais adequados (já instituídos), utilizando enfim uma série de expedientes sintáticos de forte carga ideológica, a editoração se faz apreender como mais um dos discursos derivados que têm garantido a eficácia do discurso competente: se hoje o cientista passou a se relacionar com a palavra através do discurso da editoração, é porque a esse discurso já foi outorgada a qualidade da competência.

Sem dúvida, é neste espaço institucional brilhantemente desvendado por Marilena Chauí que a editoração se fortifica como saber especializado. Mas a linguagem excede. O desvendamento do discurso competente revela uma intencionalidade: a determinação em controlar a circulação do produto do trabalho científico. Porém, para decifrar a totalidade das mediações do intercurso social é preciso trabalhar com a materialidade da linguagem, não apenas ao nível do consumo, mas da produção do texto, trabalhar exatamente neste nível que a editoração oculta: a produção da linguagem. Neste ocultamento, o poder do equívoco: desviar o rumo do olhar para a institucionalização da linguagem, silenciando sobre os artifícios da sua produção. Mas a palavra, mesmo atravessada pelo mito da sua instrumentalização, preserva a força da significação.

3 - NO TERRITÓRIO DA PALAVRA-DECALQUE

Quando Alice atravessou o espelho e lá encontrou Humpty Dumpty, ela não imaginou que se encontraria face a face com a significação. E assim brou-se:

"— Quando uso uma palavra — disse Humpty Dumpty em tom escarinho — ela significa exatamente aquilo que eu quero que signifique ... nem mais nem menos."

"— A questão — ponderou Alice — é saber se o senhor pode fazer as palavras dizerem coisas diferentes."

"— A questão — replicou Humpty Dumpty — é saber quem é que manda. É só isso."⁽²⁶⁾

E Humpty Dumpty encerrou o assunto dizendo que ele pagava sempre hora-extra quando fazia uma palavra trabalhar demais (leia-se significar de mais).

Caso se defrontasse com a obra de Lewis Carroll, a editoração científica experimentalista o mesmo assombro de Alice, pois toda a sua reflexão sobre a significação tem-se dirigido em busca da literalidade da palavra, do sentido preciso, resguardado através de sua dicionarização. A busca de um sentido que recusa a enunciação — o contexto em que a palavra é pronunciada, aquele que a pronuncia, o lugar de onde ela é proferida — faz parte do esforço de normalização empreendido pela editoração, que se justifica em nome da identidade que se pretende lograr entre a palavra que nomeia e o fato que é nomeado.

É nesse sentido que se pode falar em uma palavra-decalque, o vocábulo unívoco e instrumentalizável, revelador, procurado pela editoração científica e que necessariamente destitui a palavra enquanto signo e a recobra como sinal. Sendo sempre idêntico a si mesmo, o sinal prescinde do conhecimento da situação concreta em que foi emitido para ser identificado. Já o signo, coincidindo como aponta Bakhtin com o domínio ideológico, exige para a sua compreensão que se considere o contexto concreto e preciso em que se encontra: um mesmo signo transita por enunciações particulares que lhe conferem significação. No deciframento de um signo, o essencial para Bakhtin é compreender o seu caráter de novidade e não a sua conformidade à regra: o sinal é identificado, o signo é decodificado, é compreendido. Com isto Bakhtin desloca para segundo plano o componente da sinalidade do signo linguístico: a identificação, embora presente na língua, é absorvida pela compreensão da orientação que a palavra recebe ao ser proferida numa situação concreta. Mas a editoração científica rumo em direção a um imobilismo, que não se resume à busca de um sentido guardado (abrigado, defendido e rememorado) pelo dicionário: um imobilismo que na linguagem científica se torna qualidade, contraposta aos vícios da linguagem.

(26) Carroll, Lewis. Através do espelho e o que Alice encontrou lá. In: —. Aventuras de Alice. Trad. e org. de Sebastião Uchoa Leite. São Paulo, Fontana/Summus, 1977. p.133-247.

Giménez (27), partindo do pressuposto de que escrever um artigo científico aceitável para publicação significa "saber converter, com habilidade, "fatos em palavras", propõe três normas básicas de redação técnica: exatidão, concisão e clareza. Por exatidão, Giménez entende o emprego de "vocábulos precisos tanto para os termos técnicos como para o vocabulário usado no texto do artigo. Selecionar cuidadosamente as palavras, de acordo com seu significado do correto, recorrendo, se necessário, a um bom dicionário do vernáculo. No caso de palavras sinônimas, escolher aquela que expresse exatamente o que se deseja dizer, que seja mais curta e de compreensão mais ampla" (28).

Mas a preocupação em fixar com exatidão o sentido de cada palavra (a sua literalidade) percorre, senão todas, pelo menos a maioria das publicações dedicadas à publicação de artigos científicos. Eis alguns exemplos:

"Sempre que as palavras usadas tenham mais de um sentido, é preciso que na redação da frase ou no contexto não fique nenhuma dúvida quanto ao significado adotado. Caso contrário, escolha outra que não comporte ambigüidade."

Quando não estiver seguro da grafia, do sentido, da extensão do termo ou qualquer outro aspecto das palavras usadas, o autor deve consultar um bom dicionário, atualizado e bem cuidado em relação ao vocabulário científico" (29).

"As palavras devem ser de uso corrente e com sentido preciso e absoluto, sem possibilidade de sinônimos nem sofisticação (...). Para facilitar a decodificação da mensagem, as palavras devem ser escritas e entendidas em seu sentido literal" (30).

"Como guia para determinação do significado das palavras, para conhecimento de sua origem e da maneira correta de grafá-las, um bom dicionário é indispensável (...). Nos escritos científicos é necessário empregar as palavras certas, que transmitam o pensamento do autor de maneira precisa" (31).

"Não se deve usar metáforas (o sentido figurado peca em precisão e clareza)" (32).

(27) Gutiérrez Giménez, Márcio. Preparação de artigo para uma revista científica. Campinas, Instituto Agronômico de Campinas, 1964. 19p.

(28) Giménez, p.4.

(29) Rey, Luis. Como redigir trabalhos científicos. São Paulo, Edgard Blücher/USP, 1972. 128p. Cf. p.38.

(30) Kotait, p.37.

(31) Barras, Robert. Os cientistas precisam escrever: guia de redação para cientistas, engenheiros e estudantes. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979. 216p. Cf. p.62.

(32) Moretti Filho, Justo. Normas e recomendações para a preparação de trabalhos científicos. Piracicaba, ESALQ, 1962. 34p. (Boletim de divulgação). Cf. p.5.

Resumindo: busca do significado correto e preciso, recusa de possível ambigüidade, o dicionário como guardião privilegiado da palavra — a- pelo, enfim, ao componente de sinalidade do signo lingüístico. Se no seu dis curso a editoração se refere ao emissor e ao receptor da mensagem, ela o faz em termos da adequação a uma linguagem que seja comum a esses dois termos, sem nunca questionar a crença na literalidade da palavra. Assim, se a editoração admite a polissemia da palavra (se existe um sentido correto existem outros incorretos), ela crê que o seu sentido unívoco existe na palavra - em- si: o uso de uma palavra "incorreta" ou "imprecisa" se deve a uma falta de conhecimento do vernáculo. Jamais a editoração científica poderá admitir que uma palavra somente é unívoca quando considerada na situação concreta de sua enunciação, pois obrigatoriamente teria que reconhecer que a identidade que ela procura alcançar entre a palavra que nomeia e o fato que é nomeado se dá no domínio ideológico por excelência: o universo dos signos.

Trabalhar com palavras é trabalhar com produtos ideológicos. A palavra, sendo um signo, deve a sua realidade a uma outra realidade que ela reflete, refrata e lhe é exterior: o seu significado remete a algo situado fora dela (a palavra busca suprir a ausência daquilo que ela nomeia). É por isso que Bakhtin considera a palavra o fenômeno ideológico por excelência: ela é totalmente absorvida por sua função de signo.

"Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida.

O critério de correção só se aplica à enunciação em situações anor mais particulares (por exemplo, o estudo de uma língua estrangeira). Em condições normais, o critério de correção lingüística cede lugar ao critério pu ramente ideológico: importa-nos menos a correção da enunciação do que seu va lor de verdade ou de mentira, seu caráter poético ou vulgar, etc" (33).

Bakhtin privilegia a significação, mas na sua condição de signo sempre variável e flexível, transitando em situações concretas, recebendo a- centos avaliativos, expressando-se como produto da interação viva de forças sociais: a enunciação concreta, que confere significação à palavra, é determinada pelas relações sociais. A palavra, em Bakhtin, é essencialmente móvel: a sua unicidade não pressupõe a recusa da polissemia, pelo contrário, a afir- ma. É exatamente esse seu caráter polissêmico que deve investigar a busca da

(33) Bakhtin, p.95-6.

significação (da univocidade da palavra) em situações concretas: a significação é a "expressão da relação do signo, como realidade isolada, com uma outra realidade, por ela substituível, representável, simbolizável" (34).

Assim, para Bakhtin, perceber a palavra como forma fixa que integra o sistema lexical (o dicionário) de uma língua já revela a adoção de uma orientação específica, que encobre, inclusive, o caráter coercitivo das normas lingüísticas. Quando a pluralidade da palavra é identificada como "harmônicos ocasionais de um significado estável e firme", o que se está enfatizando é o fator de conformidade à regra: alinham-se os contextos possíveis de uma palavra, extrai-se dos contextos possíveis uma determinação descontextualizada e se encerra a palavra num dicionário. Cai-se, como aponta Bakhtin, na "ficção da palavra como decalque da realidade": congela-se sua significação.

Ao se fazer a crítica da editoração científica sob a égide da palavra, o que se pretende é trilhar o caminho aberto por Bakhtin: compreender a totalidade do discurso. Para tanto é preciso desvendar, primeiro, o território que a palavra-decalque demarca.

A editoração visa delimitar a produção do texto científico dentro de compartimentos que se articulam entre si através dos pressupostos da cientificidade. Visa delimitar porque oferece uma série de receitas cuidadosamente divididas em tópicos que apontam o que deve ser evitado e o que deve ser perseguido. Tomando a ciência como inquestionável, a editoração passa, em nome da objetividade, a enunciar uma série de valorações sobre o léxico e a sintaxe, utilizando adjetivos como: preciso, conciso, correto, claro, simples, natural, apropriado, culto, sóbrio. O seu território comporta delimitações que estrategicamente são colocadas num mesmo plano: normas de redação técnica, normas de correção gramatical, estilo e estrutura. É nesse circuito que a palavra-decalque — como território da padronização da produção científica — encontra a sua significação: metáfora da pretensão de se criar uma linguagem livre de contaminação valorativa, uma linguagem que seja capaz de decalcar o "fato científico" sem fissuras, uma linguagem de tal forma grudada à pele do "fato científico" que dele não se distinga. Para construir-se enquanto saber especializado, a editoração fragmenta o processo de produção do texto e silencia sobre o porquê desse procedimento: como todo discurso ideológico, o proferido pela editoração também é lacunar.

(34) Bakhtin, p.51.

Partindo da crença na literalidade da palavra, a editoração afasta o problema da enunciação e, com isto, afirma a objetividade, passando a reger a transposição do "fato científico" para a linguagem, como se este movimento não correspondesse à transposição de uma realidade para a sua representação.

Mas a editoração preconiza que o autor deve esforçar-se para chegar à exatidão (vocábulos precisos), concisão (frases e parágrafos curtos, voz ativa, supressão de termos desnecessários) e clareza (principalmente, recusa da ambigüidade). Sob o título de normas de correção gramatical, a editoração agrupa questões de ordem diversa: além de aspectos gramaticais (sintaxe e léxico) e de normalização (uniformidade no uso de maiúsculas, abreviaturas, símbolos, etc.), há indicações que ultrapassam o fator de correção linguística: elaborar orações completas na ordem direta (sujeito, verbo, predicado) e parágrafos com unidade "ideológica" (neste caso, ideológica significa unidade de idéias). Da mesma forma que a ambigüidade é recusada, também a introdução abrupta de um novo enunciado no período é condenada: há de se seguir uma ordenação lógica: cronológica, geográfica, por exemplo. A cada parágrafo deve corresponder um assunto (chega-se mesmo a propor que cada parágrafo seja numerado seqüencialmente, formando subseções estanques). No parágrafo, cada sentença deve ser portadora de um pensamento, que deve associar-se à anterior e à seguinte de forma lógica.

Quanto ao estilo, a primeira preocupação revelada pela editoração científica se refere em diferenciá-lo logo de início da "escrita literária". Metáforas, formas líricas de expressão são condenadas: a ciência exige sobriedade, atenção, respeito à verdade. É preciso escrever sem paixão: a linguagem deve ser impessoal, objetiva, neutra. Gusfield⁽³⁵⁾ definiu bem esse estilo: a ciência procura o estilo-do-não-estilo.

Se há algumas divergências entre os autores de normas de redação técnica (na verdade o que há são ênfases diferentes), um ponto é pacífico: o texto deve iniciar-se pela Introdução, passando à Revisão de Literatura, Materiais e Métodos, Resultados e Conclusões, Resumo e Literatura Citada. Com muita propriedade, Gusfield denuncia: é com esta ordenação que a ciência constrói a sua retórica, a persuasão passando despercebida, aparecendo como decorência natural da aplicação de um método e dos resultados assim obtidos.

(35) Gusfield, Joseph. The literary rhetoric of Science: comedy and pathos in drinking driver research. American Sociological Review. v.41, n.1, feb. 1976, p.16-34.

Não admitindo as questões levantadas pela enunciação, o que provocaria uma ruptura em seu pressuposto básico — o lêxico e a gramática como condição de identidade da língua consigo mesma — a editoração se presta à reificação da linguagem em língua, encobrindo o poder que de fato exerce. A editoração não é uma atividade inocente, nem mesmo desimportante como poderia parecer à primeira vista dado o lugar que ocupa na produção do conhecimento científico. Justificando-se inclusive pela necessidade de organização do saber (a editoração facilitaria a documentação da atividade científica), ela age na verdade em cumplicidade com a ciência instituída, depurando o discurso competente. Esse discurso, responsável pelo prestígio da ciência contemporânea, baseia-se na instrumentalização do real.

A racionalidade científica pretende controlar e instrumentalizar o real — este é o ideal da objetividade. Para realizá-lo, é preciso proceder à operação da determinação completa, que transforma uma realidade em objeto do conhecimento, como aponta Marilena Chauí: "A determinação completa pressu^opõe duas operações: em primeiro lugar, o estabelecimento exaustivo das propriedades positivas do objeto; em segundo lugar, a exclusão de todas as determinações que, sendo intrinsecamente contraditórias, fariam com que o obje^oto se movesse, tivesse tempo próprio de existência e de destruição. Nessa medida, a determinação é completa, de um lado, porque pretende dizer tudo o que o objeto é ou deve ser e, por outro lado, porque exclui toda possibilidade de que haja movimento interno ao objeto, sua reflexão, pelo qual ele se ponha e se reponha, se transforme e desapareça, isto é, recusa o objeto dialeticamen^{te} desenvolvido" (36). A determinação completa pressupõe um exercício de poder (conhecer é dominar um objeto através do entendimento) e a morte do obje^oto.

O movimento da determinação completa do objeto do conhecimento que a ciência pretende realizar encontra na editoração mais um campo propício à sua irrupção. A morte do objeto tem na editoração o seu complemento perfeito: a morte da significação: É o mesmo desejo de dominar o objeto do conhecimento, de fixá-lo dentro dos limites que cerceiam seu movimento próprio conferindo-lhe especificidade: encontrar a palavra precisa, exata, imóvel, capaz de decalcar todas as propriedades igualmente imóveis do objeto, anulando o seu desenvolvimento dialético.

A editoração confirma os dogmas da fê científica: a objetividade

(36) Chauí, Cultura e democracia, p. 34-35.

instaurada pelo olhar clínico (o ponto de vista do poder) que o sujeito dirige ao seu objeto de conhecimento, a crença na racionalidade do real, o objeto passível de ser possuído pelo poder (saber). Ela impede que se descubra no uso que a ciência faz da língua mais um exercício de poder: a editoração legítima a morte da significação, pois esta é a forma de que dispõe para enfrentar o choque da história.

Para Bakhtin, "a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases mais transitórias, mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais"⁽³⁷⁾.

E esta intimidade que a palavra guarda com seu tempo, com o tempo em que foi proferida, que a editoração que romper. Para poder participar do discurso competente, a palavra tem de ser pura sinalidade, tem de ser percebida como destituída de índices sociais de valor. No entanto, a palavra-decalque proferida pela editoração, recusando o valor semiótico da palavra, nega o componente hierárquico presente em todo processo de interação verbal, nega a "influência poderosa que exerce a organização hierarquizada das relações sociais sobre as formas de enunciação"⁽³⁸⁾. Estimulando a disseminação de um verdadeiro delírio normativo, a editoração consegue impedir o questionamento da sua própria estrutura de enunciação. O que a editoração científica não revela é que o seu conjunto de regras aparentemente inocentes está com prometido com uma determinada forma de enunciação.

Se a editoração científica pode induzir a que se aceitem como naturais e necessárias as restrições que ela impõe à linguagem, por outro lado ela não consegue evitar que o texto — na medida em que é escrito para ser lido — se ofereça à aventura do deciframento. Fazer explodir a territorialidade da palavra-decalque exige, antes de tudo, um exercício de leitura da forma como a editoração tem-se apropriado da língua.

A recusa da enunciação como parte da realidade de um texto praticada pela editoração científica deve ser lida como uma recusa, também, das condições objetivas em que esse texto é produzido. Um exame, mesmo que super

(³⁷) Bakhtin, p. 41.

(³⁸) Bakhtin, p. 43.

ficial, das regras da editoração científica fornece algumas indicações de como uma concepção abstrata da língua se cruza com uma concepção igualmente abstrata da ciência, desligada da realidade concreta em que é produzida. Ao transformar a produção do texto científico em uma questão de desempenho, a editoração joga com cartas marcadas, descartando o compromisso que a sua concepção da língua guarda com a ideologia da cientificidade. Mas se a editoração assim procede é porque a própria língua se oferece como campo de luta, sensível tanto à reprodução como à modificação das relações sociais: a palavra é sempre íntima do seu tempo. Quando a palavra é transformada em decalque de uma realidade cujo substrato histórico é negado, essa intimidade se rompe, cedendo seu lugar ao que Marilena Chauí chamou de "artifícios mediadores e promotores de conhecimento que constroem cada um e a todos a se submeterem à linguagem do especialista que detém os segredos da realidade vivida e que, indulgentemente, permite ao não-especialista a ilusão de participar do saber" (39).

O conjunto de prescrições e normas que a editoração científica estabelece na qualidade de saber especializado interdita a renovação da palavra reivindicada por Bakhtin: "a palavra penetrada por uma apreciação social segura e categórica, a palavra que realmente significa e é responsável por aquilo que diz" (40). Na editoração, o que há de mais temível não é a sua cumplicidade com a ciência instituída, mas o fato de que ela consegue ocultar a verdadeira natureza do material com que trabalha: negando à palavra o direito de se exercer como produto de interação de forças sociais, a editoração promove a sua reificação, a sua apropriação como se se tratasse de um instrumento como outro qualquer. Terrível, pois como Bakhtin apontou "o destino da palavra é o da sociedade que fala" (41).

(39) Chauí, Cultura e democracia, p. 12-13.

(40) Bakhtin, p. 196.

(41) Bakhtin, p. 194.



**Relatório de Pesquisa
10/83**